

DANIEL MOREIRA DO PATROCÍNIO

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA

Lei e Jurisprudência

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro
2013

Copyright © 2013 by Daniel Moreira do Patrocínio

Categoria: Direito Empresarial e Comercial

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Camila Cortez
Capa: Cristiana Fernandes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003),
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P314r Patrocínio, Daniel Moreira do
Recuperação de empresas e falência : lei e jurisprudência /
Daniel Moreira do Patrocínio. — 1. Ed. — Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2013.
256p. ; 14x21cm. —
Bibliografia: p. 237-240.
ISBN 978-85-375-2293-6

1. Falência – Brasil. 2. Sociedades comerciais – Recuperação –
Brasil. I. Título

CDD 346.81078

545: 983230

SUMÁRIO

Prefácio	XIII
1. Introdução	1
1.1 Os desafios da legislação recuperatória e falimentar.....	2
1.2 Histórico legislativo brasileiro.....	4
2. Destinação Legal	9
2.1 Empresário e Empresa.....	10
2.1.1 Atividades de natureza intelectual.....	14
2.1.2 Atividade intelectual como elemento de empresa.....	15
2.1.3 O produtor rural	18
2.1.4 Empresários não sujeitos ao regime da Lei n. 11.101 de 2005	21
3. O Juiz e o Ministério Público	23
4. Administrador Judicial.....	25
4.1 Nomeação.....	25
4.2 Atribuições	25
4.2.1 Atribuições comuns ao processo de falência e de recuperação	26
4.2.2 Atribuições específicas na recuperação judicial.....	27
4.2.3 Atribuições específicas na falência	28
4.3 Remuneração.....	28
4.4 Substituição	30
4.5 Impedimentos	30
4.6 Responsabilidade	30
5. Assembleia Geral de Credores.....	31
5.1 Atribuições	31
5.2 Convocação	32
5.3 Instalação	33

5.4 Representação.....	34
5.5 Ata	35
5.6 Direito de voto	35
5.6.1 Mutabilidade da lista de credores	
x Invalidação da assembleia geral de credores	36
5.6.2 Mutabilidade da lista de credores	
x Suspensão da assembleia geral de credores.....	37
5.6.3 Credores sem direito de voto	39
5.6.4 Abuso do direito de voto	40
5.6.5 Fraude à lei	51
5.7 Classes	54
5.8 Quóruns de deliberação	55
5.8.1 Apreciação do plano de recuperação judicial	55
5.8.1.1 Aprovação do plano de recuperação por	
todas as classes de credores (art. 45 da LREF)	56
5.8.1.2 <i>Cram down</i> – <i>Quorum</i> alternativo para	
aprovação do plano de recuperação	
(art. 58, § 1º da LREF)	60
5.8.2 Eleição dos membros do Comitê de Credores.....	63
5.8.3 Forma alternativa de realização do ativo.....	63
6. Comitê de Credores	65
6.1 Constituição e composição	65
6.2 Atribuições	66
6.3 Remuneração.....	66
6.4 Impedimentos	67
6.5 Responsabilidade	67
7. Verificação de Créditos	69
7.1 Etapa extrajudicial	70
7.1.1 Habilitações e divergências	70
7.1.2 Lista provisória de credores.....	72
7.2 Etapa judicial	73
7.2.1 Impugnação de crédito.....	73
7.2.2 Credor retardatário	77
7.3 Recurso e o Quadro Geral de Credores – QGC.....	79

8. Recuperação Judicial.....	81
8.1 Princípios do processo de recuperação judicial de empresas	83
8.1.1 Superação da crise econômico-financeira.....	84
8.1.2 Manutenção da fonte produtora e preservação da empresa	88
8.1.3 Manutenção dos empregos dos trabalhadores	92
8.1.4 Tutela dos interesses dos credores	94
8.1.5 Função social da empresa	100
8.1.6 Estímulo à atividade econômica	102
8.2 Legitimidade ativa	105
8.3 Créditos alcançados pela recuperação judicial	107
8.4 Manutenção do direito de crédito em face dos garantidores	112
8.5 Meios de recuperação judicial.....	117
8.6 Pedido de recuperação.....	122
8.7 Processamento da recuperação judicial	124
8.8 Da competência do juízo da recuperação da empresa.....	128
8.9 Empresa em recuperação e assistência judiciária	133
8.10 Plano de recuperação	134
8.11 Apreciação do plano de recuperação pelos credores.....	137
8.12 Certidões tributárias e concessão da recuperação judicial	138
8.13 Sentença concessiva da recuperação judicial.....	141
8.14 Cumprimento do plano de recuperação	141
8.15 Gestor judicial.....	143
8.16 Encerramento da recuperação judicial.....	144
8.17 Plano especial de recuperação judicial para micro empresas e empresas de pequeno porte	145
8.18 Convolução da recuperação judicial em falência.....	149

9. Falência.....	153
9.1 Princípios do processo de falência.....	154
9.1.1 Preservação e utilização ótima dos fatores de produção	155
9.1.2 Celeridade e economia processual	156
9.2 Universalidade e indivisibilidade do juízo da falência	157
9.3 Vencimento antecipado das obrigações do falido	160
9.4 Responsabilidade dos sócios na falência da sociedade empresária	161
9.5 Credores extraconcursais	163
9.6 Credores concursais	164
9.6.1 Trabalhista	164
9.6.2 Com garantia real	166
9.6.3 Tributário	167
9.6.4 Com privilégio especial	169
9.6.5 Com privilégio geral	169
9.6.6 Quirografários	171
9.6.7 Subquirografários	171
9.6.8 Subordinados	172
9.7 Do pedido de falência – Procedimento e hipóteses de cabimento	172
9.7.1 Impontualidade (art. 94, inciso I da LREF)	173
9.7.2 Execução frustrada (art. 94, inciso II da LREF)	176
9.7.3 Atos falência (art. 94, inciso III da LREF)	179
9.7.3.1 Liquidação precipitada de ativos	180
9.7.3.2 Realização de negócio simulado	180
9.7.3.3 Transferência do estabelecimento empresarial a terceiro	180
9.7.3.4 Transferência simulada do principal estabelecimento	181
9.7.3.5 Concessão de garantia real a credor	181
9.7.3.6 Abandono de estabelecimento	182

9.7.3.7 Descumprimento do plano de recuperação	183
9.8 Procedimento do processo de falência.....	184
9.8.1 Petição inicial	185
9.8.1.1 Autofalência.....	185
9.8.1.2 Falência requerida pelo credor	186
9.8.2 Das defesas no processo de falência.....	187
9.8.3 Depósito elisivo.....	190
9.8.4 Legitimidade para requerer falência.....	191
9.8.4.1 Autofalência	191
9.8.4.2 Legitimados para requerer a falência do empresário	192
9.8.5 Sentença falimentar.....	194
9.8.6 Termo legal da falência.....	195
9.8.7 Providências determinadas pela sentença.....	196
9.8.8 Recursos cabíveis.....	198
9.8.9 Indenização em caso de improcedência do pedido de falência	199
9.9 Inabilitação empresarial.....	199
9.10 Direitos e deveres do falido	200
9.11 Da arrecadação e da custódia de bens	202
9.12 Pedido de restituição e embargos de terceiro	203
9.13 Efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor	205
9.14 Efeitos da falência em relação aos contratos do falido	206
9.15 Mandatos outorgados pelo falido	208
9.16 Contas correntes bancárias.....	208
9.17 Compensação na falência.....	209
9.18 Contratos de sociedade	209
9.19 Juros incidentes sobre as dívidas do falido	210
9.20 Ineficácia e revogação de atos do falido	211
9.20.1 Atos ineficazes (artigo 129 da LREF)	212
9.20.1.1 Atos praticados dentro do termo legal	212
9.20.1.2 Atos praticados no período de dois anos anteriores à decretação da falência	213

9.20.1.3 Ato ineficaz independentemente do aspecto temporal	214
9.20.1.4 Atos praticados após a decretação da falência	216
9.20.1.5 Da declaração da ineficácia	216
9.20.2 Atos revogáveis (artigo 130 da LREF)	217
9.20.3 Procedimento	218
9.21 Realização do Ativo	219
9.22 Pagamento aos credores	222
9.23 Encerramento da falência	224
9.24 Extinção das obrigações do falido	226
10. Recuperação Extrajudicial	229
10.1 Créditos excluídos da recuperação extrajudicial	230
10.2 Procedimento da recuperação extrajudicial	230
10.3 Processamento do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial	234
Referências Bibliográficas	237